

Debatedor: para serem sustentáveis, cidades precisam ter inclusão social 7

Márcio Volume/Agência Senado



Elizabeth Pereira, Rodrigo Rollemberg, Celso Carvalho e Renato Balbim: Rio+20 em debate



JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XVIII – Nº 3.664 – Brasília, quarta-feira, 23 de maio de 2012



Cachoeira fica calado na CPI e defesa rejeita delação premiada

Aconselhado por Márcio Thomaz Bastos a não falar ontem diante da CPI, contraventor silencia diante dos parlamentares, e reunião termina sem respostas. Advogado disse que não há possibilidade de um acordo de delação premiada entre Carlinhos Cachoeira e o Ministério Público



Geraldo Magela/Agência Senado



Ana Volpe/Agência Senado

Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, permaneceu calado por orientação do advogado Márcio Thomaz Bastos, e reunião da CPI acabou sendo suspensa por Vital do Rêgo (acima, com Odair Cunha)

Na CPI, Carlinhos Cachoeira alegou o direito constitucional de permanecer em silêncio e disse que só falará aos senadores e deputados depois das audiências na Justiça marcadas para 31 de maio e 1º de junho. No

Conselho de Ética, o contraventor — principal testemunha arrolada na defesa do senador Demóstenes Torres — não deve comparecer ao depoimento previsto para hoje, segundo Thomaz Bastos informou a Antônio Carlos de Almeida

Castro, advogado do parlamentar. Outra testemunha de Demóstenes, o advogado Ruy Cruvinel Neto, que falaria ontem ao conselho, enviou ofício informando que não compareceria à audiência por “motivos pessoais”. **4 e 5**

Encarte mostra como cumprir a Lei de Acesso à Informação



Pedro Franco/Agência Senado

Entre Dornelles e Delcídio, o ministro (2º à esq.) diz que o país está preparado para a crise

Mantega explica redução dos juros

Ministro da Fazenda disse ontem no Senado que efeitos das medidas tomadas pelo governo

serão percebidas em um mês. Ele também explicou a nova rentabilidade da poupança. **3**

Senadores alertam para consequências da redução do IPI

Menor receita para os municípios e maiores engarrafamentos são alguns dos temores. **3**

Sindicato: redução de comissários ameaça segurança de voos

Em audiência, debatedores criticaram Anac por permitir menos tripulantes na Gol. **2**

Secretários de Santa Catarina serão ouvidos por CPI da Mulher 4

Governo poderá contratar 44 mil professores em até dois anos 8

Pós-graduação no Mercosul pode ter validação automática 8

Parlamentares apoiam texto que pede veto ao Código Florestal 6

Em audiência, entidades reclamaram da Anac por permitir que número de comissários de bordo nos aviões da Gol baixasse de 4 para 3; de acordo com elas, isso compromete a segurança dos voos

Sindicato critica tripulações menores em aviões da Gol

O PRESIDENTE DO Sindicato Nacional dos Aeronautas, Gelson Fochesato, acusou a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) de apoiar a redução do número de comissários de bordo nos aviões. A seu ver, a medida expõe os viajantes a maiores riscos.

Em audiência pública ontem, ele destacou a autorização dada à Gol para utilizar apenas três comissários, no lugar dos quatro habituais, em suas aeronaves com até 150 assentos.

— Se o Brasil está preocupado com a segurança dos voos, a Anac está na contramão. De acordo com Fochesato, o número de comissários era definido com base no número de portas das aeronaves. Porém, essa norma foi recentemente alterada pela Anac. Ele disse que uma das saídas ficará desguarnecida e um passageiro da linha de assentos próxima será convocado para atuar numa eventual evacuação.

— Muitos deles não sabem nem usar o banheiro da aeronave. Numa situação de

emergência, temos certeza de que haverá mortes — afirmou.

O presidente do sindicato observou ainda que o tema segurança está na ordem do dia, em razão da aproximação da Copa de 2014 e das Olimpíadas de 2016. Ele observou que nesses dois momentos o número de voos será maior e que não se pode descartar a hipótese de terrorismo.

— São necessários quatro comissários para conter um passageiro inconveniente, e agora ficaremos à mercê da sorte. Que não haja nenhum passageiro assim, que atrapalhe e ponha em risco a segurança dos voos.

O diretor administrativo-financeiro do Sindicato Nacional das Empresas Aeroaviárias, Arturo Spadale, fez o contraponto ao destacar que a maioria dos países permite o uso de apenas três comissários em aeronaves de até 150 assentos — inclusive os Estados Unidos, onde há grande atenção com segurança.

— Esse critério me parece que seja o certo — defendeu.

Spadale disse que o momento é de crise no setor aéreo, com as companhias pressionadas por aumentos nos custos de combustível. Destacou que as duas maiores companhias, Gol e TAM, acumularam prejuízos de mais de R\$ 1 bilhão no ano passado. Por isso, estão sendo obrigadas a conter gastos.

Na avaliação de Graziella Baggio, secretária de Assuntos Previdenciários do sindicato dos aeronautas, a crise que as empresas estão enfrentando foi resultado da guerra tarifária em que se envolveram. Além dos prejuízos para os trabalhadores, disse, a disputa comercial repercute sobre a segurança dos voos, como na questão do número de comissários.

A audiência foi promovida pela Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e da Previdência Social. Os temas do dia foram a situação dos trabalhadores do setor aéreo e o fundo de pensão Aerus. O debate foi sugerido por Paulo Paim (PT-RS), que preside a subcomissão.



Gelson Fochesato, Arturo Spadale, Paulo Paim, Sérgio Dias e Frederico Felipe participam de audiência no Senado

Cassol quer que SUS deixe de comprar remédio por meio de distribuidoras

Ivo Cassol (PP-RO) apresentou um projeto de lei que permite a estados e municípios dispensar a intermediação de distribuidoras e farmácias e comprar remédios e insumos de saúde diretamente das fábricas ou importadoras.

Essa medida, de acordo com o parlamentar, reduzirá os preços dos remédios em até 90%.

— Cada um desses intermediários acrescenta, no mínimo, 42% em cima do valor da fatura. Esse custo quem paga são as pessoas de baixa renda, as que precisam de atendimento.

Casildo diz que ações econômicas do governo são só de curto prazo

Casildo Maldaner (PMDB-SC) cobrou do governo medidas econômicas mais profundas para estimular o crescimento do país. Na avaliação dele, as anunciadas podem ser eficientes no curto prazo, mas não são viáveis no longo prazo para desafogar os gargalos que “asfixiam o crescimento sustentável”.

Entre as ações citadas, estão os juros mais baixos, a redução de impostos e a oferta de crédito. Isso, disse o parlamentar, teria “efeitos colaterais”, como pressão da inflação, dívidas e falta de pagamento.

Segundo Anibal, projeto profissionalizante reduzirá miséria no Acre

Anibal Diniz (PT-AC) disse que o governo do Acre entregou 1.500 kits profissionalizantes para fomentar as micro e pequenas empresas. Os kits atendem a atividades como salão de beleza, construção civil e jardinagem.

— O programa está em inteira sintonia com a preocupação de presidenta Dilma. Desde que assumiu, ela tem se dedicado a construir uma política que atenda àqueles que mais necessitam, com o objetivo de fazer com que a miséria e a fome tenham uma resposta cada vez mais efetiva do governo.

Senado autoriza empréstimo do BID ao governo de São Paulo para obra do Rodoanel

O Plenário do Senado aprovou ontem uma autorização para contratar operação de crédito externo entre o governo de São Paulo e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O empréstimo, de US\$ 1,148 bilhão, será usado na conclusão das obras do trecho norte do Rodoanel, via

expressa de 177 quilômetros que está sendo construída em torno da capital paulista. O Rodoanel, destinado a desafogar o tráfego da cidade interligando 13 rodovias, começou a ser construído em 1998 e teve seus trechos oeste e sul abertos em 2002 e 2010. Os trechos norte e leste têm entrega prevista para 2014.

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 18h de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



- ▶ **PLENÁRIO: Medidas provisórias**
14h Duas medidas provisórias tramitam a pauta. A MP 555/11 prorroga contrato temporário de trabalho, e a MP 554/11 permite crédito para estocar álcool com recursos da Cide-Combustível.
- ▶ **PRESIDÊNCIA: Relatório de contas**
10h José Sarney participa da apresentação do relatório das contas da Presidência da República; às 12h, recebe representantes do Conselho de Bispos da Igreja Católica do Brasil; às 16h, preside a ordem do dia.
- ▶ **CPI DO TRÁFICO DE PESSOAS: Análise**
8h30 Reunião para depoimentos e análise de requerimentos.
- ▶ **CCT: Radiodifusão comunitária**
9h Análise da inclusão do apoio cultural ao serviço de radiodifusão comunitária entre os projetos aptos a receber recursos incentivados; e de autorização para funcionamento de emissoras de rádio e televisão.
- ▶ **CAE: Indicados ao Cade**
9h Sabatina para o Conselho Administrativo de Defesa Econômica: Carlos Emmanuel Ragazzo, Vinícius Marques de Carvalho e Alessandro Octaviani Luis.
- ▶ **CAS: Acidentes no trabalho**
9h Análise de projeto sobre responsabilidade civil nos acidentes ocorridos no trabalho temporário ou terceirizado; e sobre obrigatoriedade da vacinação antitetânica para trabalhadores da construção civil.
- ▶ **DIREITO SANITÁRIO: Seminário**
9h/18h Produção Normativa em Saúde: políticas setoriais e regulação, de iniciativa da Consultoria Legislativa do Senado e do Programa de Direito Sanitário da Fiocruz, no Interlegis.
- ▶ **CCJ: Lavagem de dinheiro**
10h Substitutivo ao projeto que visa tornar mais eficiente a persecução penal dos crimes de lavagem de dinheiro é um dos itens em análise na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

- ▶ **BELO MONTE: Experiência**
10h A Subcomissão Temporária de Belo Monte debate a importância da usina para o setor elétrico e a evolução da experiência na construção de empreendimentos hidrelétricos na Amazônia.
- ▶ **CE: Metas de educação**
10h Debate sobre a dificuldade do Brasil para cumprir as metas de educação, com participação da diretora executiva do Movimento Todos pela Educação, Priscila da Cruz.
- ▶ **CONSELHO DE ÉTICA: Demóstenes**
14h Exame do processo disciplinar contra Demóstenes Torres (sem partido-GO), suspeito de envolvimento com Carlinhos Cachoeira, acusado de explorar jogos ilegais e fraudar licitações.
- ▶ **CRE/CMMC: Cooperação amazônica**
14h Reunião conjunta para debater objetivos, alcance e resultados da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. O diretor do Departamento da América do Sul II do Ministério das Relações Exteriores, Clemente Baena Soares, participa.
- ▶ **CRA: Senadores mexicanos**
14h Visita da delegação de senadores mexicanos, com a finalidade de conhecer a experiência brasileira em biocombustíveis.
- ▶ **CAE/CI/CDR: Instalações portuárias**
15h Audiência conjunta para instruir o PLS 118/09, que permite exploração de instalações portuárias privadas para uso geral. Participa o ministro da Secretaria de Portos, Leônidas Cristino.
- ▶ **FIOCRUZ: Cooperação**
18h Assinatura do termo de cooperação técnica da Fundação Oswaldo Cruz com o Senado, no Auditório Senador Antonio Carlos Magalhães, no Interlegis.
- ▶ **POLÔNIA: Lançamento de livro**
18h30 Lançamento do livro *Polônia*, de autoria do jornalista Ivan Godoy, na Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

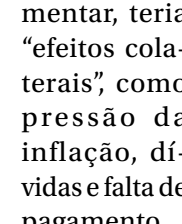
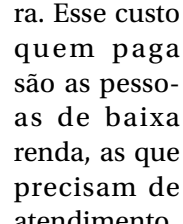


Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.



Redução de imposto sobre carros preocupa senadores

Os efeitos da redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para automóveis, anunciada na segunda-feira pelo governo, estão preocupando alguns senadores. Especialmente quanto ao agravamento da mobilidade nas cidades, ao aumento da poluição e ao impacto sobre a receita de estados e municípios.

— Ao invés de investir em uma política de inovação tecnológica em atividades de baixo carbono, o governo estimula o consumo de automóveis, o que torna nossas cidades menos sustentáveis — disse ontem Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) em debate na Comissão de Meio Ambiente, (CMA) de preparação para a Conferência Rio+20.

Para ele, a medida também contribui para concentrar o desenvolvimento na Região Sudeste, onde está a maioria das montadoras e agrava os problemas do trânsito.

Em discursos em Plenário, Ana Amélia (PP-RS) e Lídice da Mata (PSB-BA) acrescentaram o temor sobre a redução nas receitas de estados e municípios. Ana Amélia destacou que o IPI é responsável por 23,5% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Segundo ela, a medida pode obrigar prefeitos a deixar restos a pagar aos seus sucessores no último ano de mandato — o que poderia levá-los à cadeia, como prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Lídice concordou com a preocupação do governo em manter os empregos do setor automotivo. Mas alertou tanto para a redução de receitas de estados e municípios quanto para os problemas do trânsito.

— A manutenção do parque automotivo nacional é extremamente importante para os empregos do Brasil, mas essa não pode ser a grande linha de estímulo à indústria nacional.

Incentivo no ICMS reacende debate sobre pacto federativo

O debate sobre o pacto federativo foi retomado ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ricardo Ferraço (PMDB-ES) demonstrou preocupação quanto à possibilidade de o Supremo Tribunal Federal (STF) declarar válida a Súmula Vinculante 69, que considera inconstitucional a concessão de incentivos fiscais pelos estados sem aprovação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

— Isso desmonta todo um conjunto de estratégicos e relevantes incentivos fiscais dos estados — alertou Ferraço.



Ana Amélia teme pelos municípios



Lindbergh quer "afrouxamento fiscal"



Lídice alerta para problema do trânsito

Também em Plenário, Lindbergh Farias (PT-RJ) defendeu o "afrouxamento fiscal" no país para enfrentar a crise.

— Desse arranjo macroeconômico que deu certo até agora, em relação à política de juros, vamos ter de caminhar para o afrouxamento fiscal, porque há uma coisa de que não podemos abrir mão, que é manter as taxas de empregos.

Para ele, o governo vem enfrentando a crise internacional com firmeza ao promover medidas como a diminuição de juros e o estímulo à indústria e ao consumo.

Na audiência na CMA, Eduardo Suplicy (PT-SP) citou livro de Edward Glaeser, da Universidade de Harvard, no qual se defende a cobrança de taxa dos que contribuem para o aumento da poluição.

A ameaça seria afastada, disse ele, se o Congresso aprovasse ajustes na Lei Complementar 24/75, que regula convênios entre os estados para a concessão de isenções do ICMS. Compartilham dessa opinião Cyro Miranda (PSDB-GO), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Delcídio do Amaral (PT-MS).

Francisco Dornelles (PP-RJ) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticaram o PLS 240/06, de Flexa, que propõe o fim da necessidade de unanimidade no Confaz para concessão de isenções e incentivos fiscais no ICMS.

Em audiência no Senado, ministro da Fazenda prevê que em 30 dias o brasileiro perceberá os resultados práticos das medidas do governo, apesar da concentração do sistema bancário no país

Juro menor chega ao bolso em um mês, diz Mantega

O MINISTRO DA Fazenda, Guido Mantega, disse ontem no Senado que em um mês o consumidor perceberá resultados práticos da redução dos juros. Em audiência pública conjunta da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e da comissão mista encarregada de examinar a medida provisória que muda a rentabilidade da caderneta de poupança (MP 567/12), Mantega disse que uma das dificuldades é a concentração do sistema bancário brasileiro — as dez maiores instituições financeiras são responsáveis por 80% do crédito do país.

Mas, segundo o ministro, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal continuarão atuando para forçar uma queda nas taxas, induzindo os bancos privados a também fazerem o mesmo.

Em resposta a Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Mantega anunciou que o governo trabalha para eliminar o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em operações de portabilidade de dívidas. Assim, o devedor de um banco que encontrar juros mais baixos em outro poderá transferir sua dívida sem pagar imposto.

O ministro previu que as medidas de estímulo ao crédito, já anunciadas pelo governo, deverão ajudar a reduzir a

inadimplência. Respondendo a Francisco Dornelles (PP-RJ), Mantega atribuiu o problema à desaceleração da economia e disse que ele tende a cair com a liberação de mais crédito "com responsabilidade".

Mantega fez um diagnóstico da crise econômica europeia e seu impacto no Brasil. Ele considera o país mais preparado do que em 2008, quando enfrentou com "pleno sucesso" a maior crise mundial nos últimos 80 anos. As reservas internacionais, que na época eram de menos de US\$ 200 bilhões, estão hoje em US\$ 373,7 bilhões. O governo trabalha com uma estimativa de crescimento de 4% este ano.

— Temos uma situação fiscal mais sólida, estamos preparados para um eventual agravamento — afirmou.

Poupança

Para assegurar a continuidade da queda dos juros, disse Mantega, o governo foi obrigado a adequar as regras da remuneração da poupança. Ele mostrou simulações indicando que, sem alterações, a poupança se tornaria um obstáculo à queda das taxas. Com a Selic em 9%, o rendimento anual da poupança seria de 6,8% e o líquido de um fundo de renda fixa (com taxa de administração e Imposto de

Renda) ficaria em 6,4%.

— Daí o risco de migração dos investidores dos fundos para a poupança, que se tornaria o refúgio para grandes investidores — assinalou.

Por isso, a MP 567/12 instituiu uma nova regra para os rendimentos da poupança quando a taxa básica de juros da economia for igual ou menor que 8,5% ao ano: 70% da Selic mais a taxa referencial (TR). Segundo o ministro, a poupança continuará sendo a melhor opção para a maioria da população brasileira, por apresentar segurança.

Sobre a dívida dos estados com a União, Mantega reconheceu como inadequada a fórmula de correção — Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI) mais juros reais de 6% a 9% ao ano. Ele informou que o governo está estudando alternativas, mas recomendou cautela nas propostas, como a do senador Luiz Henrique (PMDB-SC), que sugeriu o pagamento de parte das dívidas com investimentos nos estados devedores. O ministro afirmou que isso exigiria mudança na Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele acrescentou que aumentou a margem fiscal para os estados fazerem investimentos com "taxas de juros viáveis".



Observado por Delcídio Amaral (C), o ministro da Fazenda (E) avalia a conjuntura atual da economia para os senadores

Valadares mostra confiança na avaliação do ministro

Ao comentar a audiência com Mantega, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse acreditar que o Brasil tem bases econômicas e fiscais sólidas para enfrentar o agravamento da crise internacional. Segundo ele, o ministro afirmou que o país tem reservas em moedas internacionais de quase US\$ 400 bilhões; mercado consumidor

fortalecido; mercado de trabalho em expansão; medidas pontuais de diminuição de juros; inflação em queda e câmbio sob controle.

Valadares disse que, apesar do agravamento da crise internacional, o ministro garantiu que o Brasil continuará investindo na infraestrutura, com medidas para manter juros em patamares civilizados.



O senador elogiou a nova poupança

Valadares também elogiou as alterações na remuneração da poupança. Em sua avaliação, trata-se de medida acertada que ajudará o país a controlar a inflação e os juros.

CPI da Violência contra a Mulher ouviu amanhã secretários de Santa Catarina

A Comissão Parlamentar de Inquérito da Violência contra a Mulher aprovou ontem 72 requerimentos de informações, diligências e depoimentos.

Amanhã a CPI mista vai ouvir os secretários de Saúde e Segurança Pública de Santa Catarina, Dalmo Claro de Oliveira e César Augusto Grubba, que não compareceram à audiência realizada pela CPI naquele estado no dia 4 de maio. Dia 1º, a CPI fará audiência pública na Assembleia Legislativa de Alagoas. Será o sexto estado a receber a CPI, que já esteve, além de Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, Pernambuco, Espírito Santo e Minas Gerais.

Os convites aprovados ontem são para autoridades de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Alagoas, Santa Catarina, Goiás, Paraíba, Paraná e Mato Grosso do Sul. A maioria dos convidados atua em secretarias ou

órgãos de segurança pública, saúde e políticas para mulheres, além de autoridades do Judiciário, Ministério Público e Defensoria Pública.

A maior parte das solicitações tem relação com casos denunciados nas audiências públicas ou ocorridos após a criação da CPI, em 8 de fevereiro. As autoridades terão 20 dias para apresentarem as respostas.

— Não respeitados os prazos, convocaremos as autoridades para falar à CPI — afirmou a relatora, Ana Rita (PT-ES).

A presidente da CPI, deputada Jô Moraes (PCdoB-MG), comentou a entrevista da apresentadora Xuxa Meneghel na TV Globo, em que disse ter sido sofrido violência sexual até os 13 anos. A deputada considerou a revelação um ato de coragem, que contribui para que a sociedade tenha real dimensão dos conflitos vividos pelas famílias.



Ana Rita, Jô Moraes e a vice-presidente da CPI, deputada Keiko Ota

Malta diz que Xuxa pode ser símbolo da luta contra pedofilia

Ao parabenizar a apresentadora Xuxa Meneghel pela entrevista em que revela ter sido vítima de abusos sexuais na infância, Magno Malta (PR-ES) disse que ela, pela popularidade que tem, poderia, emprestando seu nome — a exemplo do que fez a nadadora Joanna Maranhão — dar grande apoio a causa da luta contra a pedofilia no Brasil.

Em sua avaliação, a Lei Joanna Maranhão encerra um ciclo de impunidades, porque a partir de sua vigência a denúncia de agressão sexual a crianças poderá ser feita em qualquer época.

Pinheiro apoia denúncias contra agressão sexual

Walter Pinheiro (PT-BA) classificou a exploração sexual de crianças e adolescentes como um dos maiores crimes contra uma pessoa.

O senador disse que casos como o da apresentadora Xuxa são importantes para que as pessoas aprendam a denunciar seus agressores, mesmo que eles sejam próximos do círculo familiar.

— Isso é uma prestação de serviço público, vir à tona se defender e apontar a prática dessas pessoas — afirmou. O senador disse que o ato de denunciar serve como ação inibidora para coibir ocorrências futuras.



Malta parabeniza a apresentadora pela entrevista sobre a agressão



Para Pinheiro, a denúncia inibe futuras agressões sexuais

Cachoeira comparece à CPI, mas não responde a perguntas dos parlamentares

Orientado pelo advogado Márcio Thomaz Bastos, contraventor alegou o direito constitucional de permanecer em silêncio e disse que só falará aos parlamentares depois de suas audiências na Justiça, marcadas para 31 de maio e 1º de junho

A REUNIÃO PARA ouvir Carlos Augusto Ramos, o Carlinhos Cachoeira, na CPI que investiga suas relações com agentes públicos e privados, acabou sem respostas ontem. Orientado por advogados, ele usou o direito constitucional de permanecer em silêncio, apesar das pressões de parlamentares. Cachoeira, que continua preso, disse que só falará a deputados e senadores após depor em juízo. Suas audiências na Justiça estão marcadas para 31 de maio e 1º de junho.

— Estamos fazendo um papel ridículo diante desse senhor, desse cidadão, que está nos manipulando. Se estamos aqui perguntando para uma múmia, para um cidadão que não quer responder, o que as pessoas em casa estão pensando de nós? — questionou a senadora Kátia Abreu (PSD-TO).

O deputado Sílvio Costa (PTB-PE) também defendeu o fim da sessão, já que



Ao lado do advogado Márcio Thomaz Bastos, Cachoeira toma café na reunião da CPI que tem Vital (2º à dir) como presidente e Odair (D) como relator

a defesa poderia usar as perguntas não respondidas para preparar Cachoeira em caso de novo depoimento.

Costa avaliou que a investigação da CPI deveria começar pelo “baixo clero” e não por quem é apontado como líder de uma organização que controlaria o jogo ilegal no Centro-Oeste, além de estar envolvida em corrupção ativa, fraudes de licitações, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, entre outros crimes.

O silêncio de Cachoeira, segundo o deputado, poderá ser copiado pelos demais investigados.

— Eu sempre fui a favor de que primeiro convocássemos a periferia. Os senhores convocaram Cachoeira e o

seu grande grito hoje pautou a CPI — afirmou.

Delação premiada Durante a reunião, parlamentares alertaram o depoente sobre possíveis prejuízos de sua opção por não responder às perguntas. Eles propuseram que Cachoeira fizesse delação premiada, apontando envolvidos com o esquema para, em troca, receber benefícios da lei.

No entanto, o advogado de Cachoeira, o ex-ministro da Justiça Márcio Thomaz Bastos, enfatizou que o investigado tem o direito de ficar calado.

As acusações dos parlamentares de falta de respeito com a CPI se alternaram com as daqueles que

consideraram o aspecto legal do silêncio.

— Ele tem o direito constitucional ao silêncio. Ou nós revogamos a Constituição, ou atendemos ao direito constitucional — reconheceu o senador Pedro Taques (PDT-MT).

Na mesma linha, o senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) defendeu o encerramento da reunião, com o argumento de que a CPI não poderia se transformar em um tribunal de exceção.

Entre os que se manifestaram contra o encerramento, estavam Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que defendeu a manutenção dos inscritos para perguntas, mesmo ante o silêncio de Cachoeira.

Relator da CPI, o deputado Odair Cunha (PT-MG) lembrou que cada depoente tem sua estratégia de defesa, mas garantiu que a investigação terá outros meios de obter as informações necessárias.

— Quero repetir: a nossa investigação não se dará só através de oitivas. Estamos lidando com uma organização criminoso forte que tem uma presença muito grande em órgãos e aparelhos do Estado.

O presidente da CPI, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB) disse considerar que todos os lados foram respeitados na reunião.

— Fizemos o que estava escrito na Constituição federal e nos regimentos internos da Câmara e do Senado.

CPI votará convocação de governadores e quebra de sigilo da Delta nacional

Requerimentos de convocação dos governadores Sérgio Cabral (RJ), Agnelo Queiroz (DF) e Marconi Perillo (GO) e para a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico da matriz da Delta devem ser votados na próxima reunião da CPI, marcada para 5 de junho.

A informação foi dada pelo

presidente da CPI, senador Vital do Rêgo.

— Não podemos achar que vamos votar [a convocação de] governadores em bloco. Precisamos analisar. São governadores de diversos partidos, então não tem blindagem, conveniência, acordo, arrumação. Vamos votar cada caso — disse.

Vital afirmou que há fortes indícios de que os diretores nacionais da Delta tinham conhecimento do envolvimento de Claudio Abreu, diretor da Delta no Centro-Oeste, com Carlinhos Cachoeira.

— Se os parlamentares entenderem que a extensão da gravidade dos fatos que

envolvem a Delta nacional pode atingir o país inteiro, o [sigilo do] CNPJ geral da empresa pode ser aberto.

Para Vital, os demais convocados pela CPI devem repetir a estratégia de Cachoeira — o silêncio. Por isso, a CPI precisa se ater ao caráter investigativo e analisar os documentos que chegarão com

os pedidos de transferência de sigilo já aprovados.

— A transferência do sigilo bancário, fiscal e telefônico de todos os envolvidos talvez seja o grande passo da CPI — disse.

Já foram mais de cem pedidos de quebra de sigilo aprovados. Os dados devem chegar até a próxima semana.

Mário Couto prevê “uma das maiores pizzas” do Congresso

Mário Couto (PSDB-PA) afirmou ontem duvidar que os trabalhos da CPI do Cachoeira resultem em algo concreto. Ele lembrou ter afirmado, mesmo antes de sua instalação, que a CPI seria “uma das maiores pizzas” que já passaram pelo Congresso.

Na sua opinião, o mau funcionamento da CPI “é culpa do PT e do governo”, que estariam desmoralizando não só o país, mas também o Legislativo.

— Essa CPI é mais uma farsa, mais uma patifaria, estamos fazendo papel de quê, Brasil?

Para Pedro Simon, comissão de inquérito faz “jogo de mentirinha”

Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou que a CPI não investigue a construtora Delta, citada em várias denúncias que envolvem o contraventor Carlinhos Cachoeira. Simon afirmou que a comissão pratica um “jogo de mentirinha”, porque, segundo ele, as decisões são tomadas em acordos

— Não vai haver fiscalização das contas da Delta. Não se vai entrar nas contas de nenhum parlamentar e de nenhum governador. O perigo é que, abrindo as contas da Delta, tenha mais gente implicada, gente do governo, gente do Congresso.

Líder tucano equipara reunião da CPI a “espetáculo grotesco”

Diante do silêncio de Cachoeira na CPI, o líder do PSDB no Senado, Alvaro Dias (PR), afirmou em Plenário que, ao interrogar quem não pretendia falar, os parlamentares prestaram um serviço à defesa do contraventor.

— Espetáculo grotesco, apresentado ao país por uma marginal que deixou a Papuda [o presídio] e, como um ator boquirrotto, mantém-se em silêncio —, disse, lembrando a necessidade de convocar o empreiteiro Fernando Cavendish, ex-dono da Delta, também alvo das investigações.

Contraventor não deve ir hoje ao Conselho de Ética

Principal testemunha arrolada na defesa do senador Demóstenes Torres (sem partido-GO) no Conselho de Ética, Carlinhos Cachoeira não deve comparecer ao depoimento previsto para hoje. A informação foi dada por Márcio Thomaz Bastos, advogado de Cachoeira, ao advogado de Demóstenes, Antônio Carlos de Almeida Castro (Kakay).

— Thomaz Bastos me disse que o Cachoeira não virá. Ele vai alegar que já compareceu à CPI — disse Kakay. Relatórios da Polícia Federal que integram inquérito conduzido pelo Supremo Tribunal Federal (STF) apontam envolvimento de Demóstenes com Cachoeira. A defesa do senador no Conselho de Ética foi adiada do dia 28 para

o dia 29, como requerido pelo relator, Humberto Costa (PT-PE), a pedido do próprio Demóstenes.

— Ao Conselho de Ética, acho que Demóstenes tem que vir. Aqui, acho que ele tem que prestar satisfação a seus pares — afirmou Kakay. Já à CPI, para a qual o senador foi convocado a apresentar-se no dia 31, a orientação do advogado é para que Demóstenes se apresente, mas se mantenha em silêncio.

Os efeitos do não comparecimento ao conselho de outra testemunha de defesa, o advogado Ruy Cruvinel, cujo depoimento seria ontem, foram minimizados por Kakay.

— Julgávamos que seria importante a presença desta testemunha, que mostraria

como uma informação incorreta e leviana da mídia passa a ter ares de verdade. Mas o mais importante mesmo será o depoimento do senador Demóstenes. Ele virá. Ele quer falar e está à disposição de seus colegas para esclarecer todas as acusações — disse.

O presidente do Conselho de Ética, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), explicou que o conselho não tem a prerrogativa de convocar testemunhas a depor.

— O conselho pode fazer convites a testemunhas, mas não tem o poder coercitivo de obrigá-las a comparecer para prestar depoimento. Quanto à vinda de Cachoeira, é uma decisão que cabe a ele e seus advogados. Da nossa parte, estaremos aqui para realizar essa oitiva — afirmou.



Valadares (E), ao lado de Humberto Costa (D), anuncia que Ruy Cruvinel não falará “porque não queria se expor”

Testemunha de senador desmarca depoimento

Foi desmarcado o depoimento do advogado Ruy Cruvinel Neto no Conselho de Ética do Senado, que estava previsto para ontem. O advogado havia sido incluído como testemunha de defesa do senador Demóstenes Torres. Na noite de segunda-feira, a secretaria do conselho recebeu um ofício de Cruvinel no qual ele informou que não compareceria à audiência por “motivos pessoais”.

O senador Humberto Costa, relator do processo, disse que o não comparecimento de Ruy Cruvinel Neto traz prejuízos unicamente ao senador:

— A justificativa é que, por razões pessoais e familiares, ele não gostaria de se expor. Em verdade, termina gerando um prejuízo para o senador Demóstenes, na medida em que ele era uma das testemunhas indicadas pela defesa — avaliou o relator.

Defesa afirma que gravações foram editadas

A defesa do senador Demóstenes Torres está questionando o teor de parte das gravações da Polícia Federal relativas às operações Vegas e Monte Carlo em poder do Conselho de Ética. De acordo com o advogado Antônio Carlos de Almeida Castro, os peritos contratados pelo senador detectaram irregularidades.

— Existem diálogos fora do contexto, montagens, acréscimos e supressões de partes. O princípio da ampla defesa tem que ser respeitado. Temos que mostrar tecnicamente o que é verdade e o que não é antes do depoimento.

O relator do processo, senador Humberto Costa, lembrou que seu relatório preliminar foi feito sem se basear em gravações.

— Trata-se de um julgamento político, e estamos avaliando uma possível quebra de decoro, sem levar em conta necessariamente as provas técnicas — disse.

Alvaro: fim do voto secreto para cassações

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) pediu que se vote o substitutivo do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) a uma proposta de emenda à Constituição (PEC) de sua autoria que acaba com o voto secreto no julgamento de congressistas por quebra de decoro parlamentar.

Sem citar nominalmente o senador Demóstenes Torres, o líder do PSDB assinalou que o Senado está muito próximo de uma “deliberação importante”, referindo-se à possibilidade de o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar remeter ao Plenário a decisão final sobre a perda do mandato

de um parlamentar. — A sociedade brasileira não compreende, em razão das circunstâncias que estamos vivendo no país, que seus representantes possam deliberar secretamente, na clandestinidade que proporciona a oportunidade para a falsidade, a traição — afirmou.

Texto assinado por ex-ministros do Meio Ambiente diz que o projeto, da forma como foi aprovado pela Câmara, reduz a proteção das florestas e anistia desmatadores. Paim e Davim destacam o manifesto

Senadores apoiam pedido de veto ao Código Florestal

OS SENADORES PAULO Paim (PT-RS) e Paulo Davim (PV-RN) destacaram artigo, publicado ontem na *Folha de S. Paulo*, em que todos os ex-ministros do Meio Ambiente pedem à presidente Dilma Rousseff o veto integral do novo Código Florestal. Segundo os ex-ministros, o texto, como aprovado pela Câmara dos Deputados, reduz a proteção das florestas.

Davim leu o manifesto em Plenário. Os ex-ministros alegam que dispositivos incluídos no projeto pela Câmara reduzem o ambiente de governança socioambiental construído nas últimas décadas. Eles lembram o compromisso assumido por Dilma quando candidata, e reafirmado nos últimos meses, de vetar qualquer alteração na legislação brasileira que represente aumento do desmatamento ou anistia a quem desmatou ilegalmente. Afirmam ainda que esse compromisso reflete os interesses maiores da nação, dos quais a presidente é fiel depositária.

Paim citou ainda a atuação de movimentos que também pedem à presidente o veto



Davim lê texto em que ex-ministros lembram compromisso de Dilma

integral do novo código. Ele contou que, na segunda-feira, um evento reuniu deputados, secretários estaduais, vereadores e militantes da causa ambiental, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, para pedir o veto ao texto aprovado na Câmara dos Deputados.

No mesmo dia, acrescentou Paim, a Comissão de Agricultura da assembleia realizou uma audiência pública com a participação do relator da matéria na Câmara, deputado

Paulo Piau (PMDB-MG), em que houve muito debate.

— Eu já me posicionei. Sou favorável ao projeto aprovado no Senado — disse Paim.

No artigo publicado pelo jornal e lido ontem por Davim, os ex-ministros pedem que Dilma vete integralmente qualquer norma de caráter permanente ou transitório que sinalize ao país possibilidade presente e futura de anistia; que permita impunidade em relação ao desmatamento; que descaracterize a definição de floresta consagrada na legislação vigente; e que reduza direta ou indiretamente a proteção do capital social associado à floresta.

O manifesto é assinado pelos ex-ministros Carlos Minc, Marina Silva, José Carlos Carvalho, José Sarney Filho, Gustavo Krause e Paulo Nogueira Neto, entre outros.

Paim também destacou sua participação em audiências públicas para debater o Plano Viver sem Limite, o fundo de pensão Aerus e o estatuto dos deficientes. Segundo o senador, o estatuto pode beneficiar milhões de brasileiros, mas está engavetado na Câmara.

Nascimento lamenta as cheias no Amazonas



Alfredo Nascimento (PR-AM) disse ontem que as cheias dos rios do Amazonas já desabrigaram mais de 76 mil famílias. Segundo o senador, crianças não têm podido assistir a aulas e hospitais têm trabalhado em condições inóspitas. Nascimento ressaltou que 52 municípios já foram atingidos, e que União e estado unem esforços para amparar os desabrigados.

Os problemas do estado não vêm apenas das cheias, segundo o senador. Ele disse que recebeu com preocupação relatórios segundo os quais a Zona Franca de Manaus fechou o primeiro trimestre deste ano com queda de 3% no faturamento, em comparação com o mesmo período do ano passado.

Jarbas pede irrigação e crédito para o Nordeste

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) afirmou ontem que o semiárido nordestino precisa de mais atenção dos governantes, para que projetos de irrigação e políticas de crédito agrícola possam alavancar seu desenvolvimento.

— O Brasil jamais será justo se deixar o semiárido ao sabor da inevitabilidade da estiagem.

O senador disse que recentes notícias de mais um forte período de seca traz de volta um passado que o país não gosta de enxergar. Ele alertou que o analfabetismo chega a 35% em algumas áreas do semiárido, contra 5,7% no Sudeste. A esperança de vida no semiárido nordestino é de apenas 56 anos, enquanto a média nacional é de 72 anos.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Servidor que não quer ter salário divulgado deve ir para iniciativa privada, diz Capiberibe

A entrada em vigor da Lei de Acesso à Informação foi comemorada por João Capiberibe (PSB-AP).

Ele disse que há décadas luta pela transparência nos gastos públicos. Em 2009, o Congresso aprovou uma lei sua que obriga entes públicos a prestar conta de seus gastos na internet.

No início da década de 1990, como prefeito de Macapá, Capiberibe lembrou ter colocado um *outdoor* na porta da prefeitura com o detalhamento das despesas e receitas do município.

— Se o recurso advém de taxas e tributos arrecadados da população, nada mais justo do que prestar contas para que o povo saiba como esse recurso está sendo usado.

Já como governador, Capiberibe contou ter encomendado a técnicos do governo uma



Waldemir Barreto/Agência Senado

João Capiberibe cita ações de transparência que adotou no Amapá

forma de colocar a prestação de contas do governo na internet. Em 2001, o Portal da Transparência do Amapá entrou em funcionamento.

O senador argumentou que a folha de pessoal dos órgãos públicos representa despesa pública. Para ele, o servidor que não quiser ter o salário divulgado não tem opção a não ser buscar emprego privado.

Senado aguardará norma do Executivo para divulgar remuneração de seus funcionários

Eduardo Suplicy (PT-SP) questionou ontem, em Plenário, o presidente do Senado, José Sarney, sobre qual será o procedimento quanto à divulgação da remuneração dos servidores da Casa. Suplicy disse que a presidente da República, Dilma Rousseff, anunciara que o governo federal divulgará na internet a relação completa da remuneração de seus servidores.

Sarney informou que o Ministério do Planejamento baixará norma sobre o tema.

— O Senado está aguardando a publicação dessa norma, para seguir o decreto do Executivo — afirmou.

Ontem, por unanimidade, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) decidiram divulgar na internet a remuneração dos seus ministros (ativos e aposentados) e de seus servidores (ativos e inativos e pensionistas). Serão indicados os nomes dos servidores, os cargos que ocupam e a remuneração bruta mensal.

Lopes cita metas do seu partido nas eleições municipais

Eduardo Lopes (PRB-RJ) elogiou o presidente de seu partido, o advogado Marcos Pereira. Em entrevista à revista *Istoé*, Pereira traçou as metas do PRB para as eleições municipais deste ano.

— O objetivo é eleger mais de 100 prefeitos e 1.400 vereadores — disse o senador, citando Pereira.

O PRB tem atualmente



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senador elogia o presidente do PRB

oito deputados federais, 19 estaduais, 54 prefeitos, além de uma cadeira no Senado, atualmente ocupada pelo próprio Lopes, suplente do ministro da Pesca, Marcelo Crivella.

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burler

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Para diretor do Ministério das Cidades, Brasil deve mostrar na Rio+20 que não há cidade ecológica com segregação; disse que não se devem tirar de APPs assentamentos de interesse social

Sem inclusão social, cidade não é sustentável

A GRANDE CONTRIBUIÇÃO do Brasil para a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, será mostrar que não é possível ter cidades sustentáveis sem inclusão social.

A afirmação foi feita pelo diretor de Assuntos Fundiários Urbanos e Prevenção de Riscos do Ministério das Cidades, Celso Santos Carvalho, durante debate, ontem, na Comissão de Meio Ambiente do Senado.

Ele enfatizou que modelos de sustentabilidade para cidades só serão efetivos se incluírem o conjunto da população.

— Construir um bairro ecológico no meio de uma cidade segregada é mera peça de *marketing* — disse.

Renato Balbim, do Departamento de Estudos, Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), concorda, mas observa que as políticas adotadas no país ainda resultam na “periferização” das cidades.

Os senadores Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Ana Rita (PT-ES) concordaram.

— Estamos longe de termos cidades sustentáveis e parece que estamos nos afastando dessa possibilidade — opinou Rollemberg.

Falta de opção

O representante do Ministério das Cidades lembrou que a exclusão social ao longo da história do país empurrou a população pobre para uma ocupação “irregular e perversa das áreas de interesse ambiental”. E que, quando o poder público buscou dar-lhes moradia, fez isso longe dos centros urbanos.

Carvalho relatou os desafios do governo federal para a concretização do direito à moradia, entre eles a regularização urbanística e fundiária dos assentamentos urbanos precários e a produção de habitações de interesse social em larga escala localizadas próximas às regiões onde há emprego e serviços.

Para Renato Balbim, ainda falta integração das políticas setoriais. Ele citou como exemplo o processo de coleta e tratamento de lixo: há investimento da União para construção de aterros sanitários, mas falta recurso local para a manutenção.

— Levar apenas saneamento num determinado momento [a um assentamento urbano] e não resolver o problema da encosta é ter em quatro anos novos problemas de saneamento, porque não foi feita a drenagem da água — observou.

Problemas ambientais resultantes da desigualdade social foram relatados por Eduardo



Professora Elizabeth Pereira, Rodrigo Rollemberg e Celso Carvalho (Ministério das Cidades) na CMA

Marcia Kolumbe/Agência Senado

Rombauer, membro do coletivo executivo do Movimento Nossa Brasília. Conforme observou, a capital brasileira tem uma população com renda e escolaridade acima da média nacional, mas convive com a miséria na região que fica ao redor da cidade.

Ele informou que Brasília tem a segunda maior favela do Brasil, o Condomínio Sol Nascente, com 56.483 moradores, que perde apenas para a Rocinha, no Rio de Janeiro, com 69.161 pessoas.

APPs urbanas

Ao comentar as diretrizes do governo federal para áreas de proteção permanente (APPs) urbanas, Celso Carvalho disse que o Ministério das Cidades defende que assentamentos de interesse social nessas áreas tenham regras específicas.

Para ele, é possível consolidar ocupações em APPs desde que seja implantado um projeto que solucione questões de risco e comprove melhorias ambientais.

— Uma política de remoção em APPs será uma política de enxugar gelo, pois a gente tira as pessoas do local e, sem opção de moradia, elas são obrigadas a ocupar outro local, geralmente de interesse ambiental.

No debate, Elizabeth Pereira, professora do Centro Universitário UNA, mostrou a importância da energia solar para equacionar de forma sustentável a demanda por energia nas cidades.

Conforme informou, o governo federal tem como meta, até 2015, dobrar a capacidade instalada desse tipo de energia.

Em resposta ao senador Rodrigo Rollemberg, Elizabeth Pereira informou que o retorno de investimentos em energia solar depende do tipo de empreendimento.

Ela asinalou que, em média, a substituição de despesas com gás por aquecimento solar em hotéis pode ter retorno em seis meses. Já em residências de classe média, o retorno fica em torno de dois anos.

Senadores querem metas ao final da Rio+20

A definição de metas de desenvolvimento sustentável a serem atingidas por todos os países até 2030 e a renovação de compromissos que integrem crescimento econômico, proteção ambiental e inclusão social são duas das prioridades que os senadores da Comissão

de Meio Ambiente (CMA) defendem para a Rio+20.

O documento preliminar com a posição da comissão, que ainda será discutido pelos senadores, foi apresentado ontem pelo presidente da CMA, Rodrigo Rollemberg.

O texto reúne 14 pontos que

os parlamentares querem ver contemplados no documento final da Rio+20.

Para a elaboração do documento da CMA, os senadores promoveram um ciclo de debates sobre temas que serão discutidos na conferência das Nações Unidas.

Da CMA para a ONU

Renovação do **compromisso político** dos países com o desenvolvimento sustentável, consideradas, no mínimo, suas três dimensões principais: crescimento econômico, proteção ambiental e inclusão social.

Reafirmação dos princípios da **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**, firmada na Conferência Rio-92.

Avaliação do andamento das **medidas previstas** na Agenda 21 e dos **resultados obtidos** na promoção do desenvolvimento sustentável desde a Rio-92.

Identificação de **novos desafios** ao desenvolvimento sustentável e atualização das estratégias traçadas na Agenda 21, inclusive com uma reflexão profunda sobre os atuais padrões de produção e consumo da sociedade.

Conceituação mais precisa da **economia verde** e da sua importância como instrumento para a promoção do crescimento econômico com proteção ambiental e inclusão social.

Definição mais precisa dos elementos da economia verde, para que os países possam traçar suas estratégias nacionais de **desenvolvimento sustentável**.

Criação de uma **estrutura institucional internacional** que atribua igual relevância, no mínimo, às dimensões econômica, ambiental e social do desenvolvimento sustentável, reconhecendo a importância das constantes interações entre elas.

Fortalecimento dos **organismos ambientais internacionais**, com a promoção da imprescindível articulação entre as estratégias de implementação dos diversos tratados ambientais internacionais.

Criação, quando inexistentes, e fortalecimento de instituições internacionais voltadas para a efetiva promoção da **inclusão** e da **justiça social**.

Criação de **indicadores** e **objetivos** de desenvolvimento sustentável a serem atingidos por todos os países até 2030.

Após ciclo de debates sobre a Conferência das Nações Unidas Rio+20, a Comissão de Meio Ambiente apresentou lista preliminar de tópicos que deseja ver inseridos no documento final do evento. Agora, os 14 itens serão debatidos pelos senadores.

Indicação da necessidade de se firmarem **convênios internacionais** sobre águas, responsabilidade socioambiental das empresas e florestas, inclusive com a criação da área de preservação permanente mundial.

Definição de mecanismos de **financiamento do desenvolvimento sustentável** nos países em desenvolvimento, inclusive com a reafirmação dos compromissos assumidos desde 2002, na Conferência de Monterrey, sobre o financiamento do desenvolvimento.

Criação de instrumentos efetivos de desenvolvimento e transferência de **tecnologias verdes** para os países em desenvolvimento.

Indicação da necessidade de criação de mecanismos de regulação e controle do **mercado financeiro internacional**, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável.

COMISSÃO VAI DEBATER UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DA CONTA DE LUZ PARA PROTEÇÃO AMBIENTAL

A CMA debaterá proposta do uso de recursos da cobrança de energia elétrica para pagamento por serviços ambientais e recomposição de matas ciliares. A proposta é do presidente da comissão, Rodrigo Rollemberg. Outro requerimento de Rollemberg aprovado na CMA prevê

audiência pública sobre o uso do biocombustível de aviação. Em antecipação às discussões da Rio+20, a comissão realizará audiência sobre índices de desenvolvimento sustentável para substituir o produto interno bruto (PIB). O debate foi proposto por Jorge Viana (PT-AC).

Foram aprovados requerimentos de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) convidando representantes do Ministério do Meio Ambiente, da Funai e do Ministério Público Federal para prestar esclarecimentos sobre a produção de aço e ferro-gusa em Açailândia (MA) e para uma diligência à região.

Marta cobra política para expansão da banda larga no país



Marta Suplicy (PT-SP) comentou ontem estudo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apontando que o Estado precisa massificar o acesso à banda larga, já que as concessionárias não têm interesse em levar o recurso para o interior do país.

A senadora também mencionou levantamento de uma empresa de tecnologia dos Estados Unidos segundo o qual o Brasil é o 40º em velocidade média de internet entre 50 países. De acordo com Marta, especialistas concordam que a rede pública de fibra óptica não é suficiente para as dimensões do país.

— Uma política específica para banda larga é mais que necessária — disse, acrescentando que as medidas já tomadas pelo país são tímidas.

Cícero Lucena destaca ações em favor da educação



“Minha atuação pública tem sido pautada pelo compromisso incondicional em favor da educação brasileira”, disse Cícero Lucena (PSDB-PB).

Entre os projetos de sua autoria, o senador citou o PLS 71/12, que estabelece a fluência oral como objetivo do ensino de língua estrangeira, o PLS 78/12, que concede bônus nas notas do vestibular a candidatos do mesmo estado da universidade, e autorizações para centros federais de educação tecnológica na Paraíba.

Também ressaltou sua preocupação com a melhoria salarial e qualificação dos professores e com a merenda escolar, e defendeu a PEC 94/03, de Cristovam Buarque (PDT-DF), que determina a escola em tempo integral.

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte prevê que, de um total de 77 mil vagas a serem preenchidas no setor educacional até 2014 pelo governo, 44 mil se destinem a professores do ensino superior, básico, técnico e tecnológico

Comissão aprova projeto que cria quase 44 mil vagas de professor

O MINISTÉRIO DA Educação poderá ser autorizado a criar mais de 77 mil cargos e funções, a serem preenchidos até 2014. Este é o objetivo de projeto de lei da Câmara aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). O texto ainda será examinado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), antes de ser submetido ao Plenário.

Para o relator do projeto (PLC 36/12), Roberto Requião (PMDB-PR), trata-se de uma das “mais expressivas” medidas de ampliação de quadros das instituições federais de ensino. A proposta cria 43.875 cargos de professor, dos quais 19.569

no magistério superior e 24.306 no ensino básico, técnico e tecnológico. Outros 27.714 cargos destinam-se a técnicos administrativos, além de 1.608 cargos de direção e 3.981 funções gratificadas.

— A proposta foi apresentada em um contexto em que o governo tem emitido sinais de preocupação com o aumento de sua participação na oferta de vagas na educação superior e na educação técnico-profissional — afirmou Requião, presidente da comissão.

O senador acrescenta que o projeto visa imprimir “concretude e eficácia” a

duas importantes ações do governo: o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego (Pronatec).

Contribuição

Também foi aprovado na reunião de ontem da CE projeto de lei (PLS 441/11) de Pedro Taques (PDT-MT) destinado a desonerar o empregador que custeia a educação de seus empregados e respectivos dependentes.

Atualmente, todos os benefícios de natureza salarial constituem a base de cálculo

de direitos trabalhistas, como 13º salário, férias e horas extras. Desse modo, como observou o relator, Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), o empregador não se sente estimulado a conceder benefícios indiretos ao empregado e a seus dependentes.

“Parece-nos apropriado que os valores pagos a título de benefício educacional sejam explicitamente subtraídos da remuneração sobre a qual incidem tributos e benefícios trabalhistas”, assinala o parlamentar em seu voto a favor do projeto, que ainda será analisado pela Comissão de Assuntos Sociais.

Nome da Ala Filinto Müller pode ser trocado para Prestes

Conhecido por sua atuação como chefe da polícia política de Getúlio Vargas e por sua simpatia pelo nazismo, o ex-senador Filinto Müller, falecido em 1973, pode deixar de ter uma das alas do Senado com seu nome. Um projeto (PRS 36/11) de Ana Rita (PT-ES) troca o nome da ala para Senador Luiz Carlos Prestes.

A proposta seria analisada ontem na Comissão de Educação (CE), mas, a pedido do relator, Benedito de Lira (PP-AL), a votação foi adiada. Sob o argumento de que a alteração do nome “abriria precedentes”, e “disso resultaria um clima de insegurança e de sucessivas disputas ideológicas”, Benedito

apresentou parecer contrário.

Ana Rita, por sua vez, lembrou que o projeto entrava em pauta na comissão uma semana depois da instalação da Comissão da Verdade, destinada a apurar denúncias de abusos de direitos humanos durante o período do regime militar. Müller apoiou o regime, presidiu a Arena e foi líder do governo no Senado.

Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) propôs uma solução alternativa: dar o nome de Prestes (1898-1990), que foi secretário-geral do Partido Comunista Brasileiro, ao chamado Túnel do Tempo, que liga o Plenário às alas dos gabinetes.



Roberto Requião preside reunião da Representação Brasileira no Parlasul

Jonas Pereira/Agência Senado

Reconhecimento automático de pós-graduação no Mercosul

Os títulos de pós-graduação obtidos por brasileiros em instituições dos demais países do Mercosul poderão ter reconhecimento automático para o exercício de atividades de docência e pesquisa.

A medida consta de projeto aprovado ontem na Representação Brasileira no Parlasul, que agora será analisado por duas comissões e pelo Plenário da Câmara. Em seguida, a proposta, do deputado Gonzaga Patriota (PSB-PE), tramitará no Senado.

A regulamentação em vigor do Acordo de Admissão de Títulos e Graus Universitários do Mercosul determina que apenas professores e pesquisadores estrangeiros que trabalham

no Brasil têm reconhecimento automático dos diplomas obtidos na Argentina, no Paraguai e no Uruguai.

— A proposição estende o reconhecimento, no Brasil, a brasileiros que tenham obtido diploma em outros países do Mercosul e acrescenta sua utilidade para fins de concursos públicos, equiparando tais certificados, para efeito de posicionamento na carreira e no salário do detentor, àqueles regularmente obtidos em instituição brasileira — afirma o relator, deputado José Stedile (PSB-RS).

Hoje, os brasileiros precisam submeter seus diplomas aos procedimentos estabelecidos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).



Ana Rita, autora do projeto, com Cristovam Buarque (E) e Luiz Henrique na CE

Gerardo Magalhães/Agência Senado

Amorim pede novos tribunais regionais federais

Eduardo Amorim (PSC-SE) cobrou ontem da Câmara a aprovação da PEC 544/02, que cria os tribunais regionais federais (TRFs) da 6ª, 7ª, 8ª e 9ª regiões. O da 8ª terá sede em Salvador e vai envolver Bahia e Sergipe, estado do senador.

Segundo Amorim, a criação dos tribunais é necessária, uma vez que o



atual número de cortes superiores é insuficiente para atender a demanda.

Ele disse que os novos tribunais diminuem o acúmulo de processos e facilitam o acesso à Justiça. No caso de Sergipe, está

ligado ao TRF da 5ª Região, cuja sede é em Recife, a mais de 500 quilômetros de Aracaju.

Grupo do Código Penal entrega texto em 25 de junho

A comissão especial de juristas instalada pela Presidência do Senado para propor mudanças no Código Penal vai ter mais tempo para completar seus trabalhos.

O Plenário aprovou, em votação simbólica, a prorrogação dos trabalhos da comissão por 30 dias. Agora, o prazo para a apresentação do anteprojeto de novo código termina em 25 de junho.

Em requerimento enviado à Mesa do Senado, o presidente da comissão, o ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Gilson Dipp, assinalou que o trabalho do colegiado está caminhando para o final, mas falta discutir alguns capítulos e fazer a revisão final do texto.

A comissão foi criada em setembro do ano passado.